

# Regozijo com a mediocridade

**Carlos Lessa**



**E**m recente seminário, discutia-se a situação atual e as perspectivas da economia brasileira. Alguém fez o discurso completo da euforia: as reservas internacionais estão grandes; os preços de nossos principais produtos de exportação estão relativamente elevados e têm sofrido menos que diversos bens industrializados; o emprego vem crescendo (se bem que o salário real médio esteja declinante); há um aumento no número de famílias de classe média, pois, aparentemente, a família que detém por mês R\$ 1.400 deixou de ser pobre; nos últimos quatro anos a economia brasileira cresceu quase 4% ao ano, sendo portanto nitidamente superior aos mediocres 2,3% ao ano das décadas anteriores.

O discurso da euforia terminou com a afirmação categórica de que agora vamos para a prosperidade permanente, pois atingiremos, em breve, um patamar de

crescimento de 5,5% ao ano. Alguém do auditório perguntou como seria possível ao Brasil crescer a essa taxa, de forma sustentada e por muitos anos, tendo uma taxa de investimento macroeconômico um pouco superior a 18% do PIB e que o país necessitaria elevar a taxa de investimento macroeconômico para 21% a 22% do PIB e precisaria elevar a taxa de investimento público (inclusive estatais) de 3,5% para 6%, caso pretendêssemos crescer 5% ao ano —o que é um bom desempenho em relação ao Primeiro Mundo, porém absolutamente medíocre em relação à China e à Índia.

Fiquei estarecido quando ouvi a resposta do conferencista, que afirmou que o Brasil não precisa elevar a taxa de investimento muito acima de 18% porque a estrutura de crescimento do país tem "alta produtividade de capital", ou seja, nos é possível produzir um mesmo aumento de PIB com menos investimento que outras economias.

A resposta elegante é a de um conservador que pensa um Brasil para o futuro permanente produtor e exportador de matérias-primas e alimentos; sabe que a expansão agropecuária exige infraestrutura energética e de transporte, a cargo do setor público. De forma oculta, se manifesta contra a industrialização; desconhece que 80% da população é urbana e 50% é metropolitana. Vale a pena visualizar a planta baixa desse pensa-

mento conservador. Ele sabe que a energia solar, um bom regime climático e solos agrícolas de alguma qualidade produzem grãos (soja, milho, arroz, feijão, amendoim etc.); produzem matérias-primas vegetais (algodão, mamona, cana-de-açúcar, etanos, óleo de palma etc. e até madeira para papel); produzem capim e leguminosas que bois, carneiros e cabras transformam em proteína vermelha.

Com bastante facilidade, os grãos e os resíduos de seu beneficiamento servem para rações que nutrem aves de corte, porcos e, agora, peixes da piscicultura organizada. Tudo isso acontece no perímetro do estabelecimento agrícola e o desempenho depende da variedade de semente, grau de correção e fertilização do solo, combate às ervas daninhas e alguns insetos esfomeados; porém, a variável não controlável é o estado de humor de São Pedro. Derrubar mata virgem, utilizar caixa de fósforo, já garante uma terra com início de fertilidade. Prosperando, o estabelecimento irá comprar máquinas agrícolas, constituir um estoque de fertilizantes e defensivos agrícolas, construir algumas edificações e, se não tiver ligação com nenhuma rede elétrica, instalar um gerador a diesel. São relativamente reduzidos esses investimentos.

No momento em que o produto sai do estabelecimento agrícola, quase sempre por caminhão, se-

gue para um porto preparado para carregar graneleiros. Com a mecanização, o circuito agrícola gera poucos empregos e, nos momentos de colheita, subcontrata (via “gatos”) a população boia-fria, que ostenta padrões de quase miséria — esse foi o Brasil da República Velha, que reaqueceu o coração dos conservadores com a difusão neoliberal do sonho da globalização.

---

### **O juro alto favorece o rentismo e é sonho de muitos empresários terem um pé no mercado financeiro**

---

Nosso conferencista conservador, que não gosta de industrialização e desconhece a distribuição espacial demográfica do povo brasileiro, percebe no Brasil fontes hidrelétricas a serem exploradas e, a partir do pré-sal, uma enorme reserva de combustível não renovável. Isso lhe alimenta o sonho de converter o Brasil num enorme exportador de óleo cru, baratear a gasolina que utiliza e o óleo diesel com que alimenta suas máquinas agrícolas. Para a hidreletricidade, como despreza o povo urbano, propõe que o Brasil seja favorável a indústrias eletrointensivas. Vê, satisfeito, a energia de Tucuruí ser exportada sob a forma de lingotes de alumínio. Não se opõe ao Brasil exportar couro verde para a Itália,

Hong Kong e China fazerem calçados que tiram espaço das indústrias calçadistas gaúcha e paulista.

O conferencista conservador não vê problema no reduzido investimento público em infraestrutura urbana; pouco se preocupa com a qualidade dos serviços sociais, notadamente a péssima qualidade da educação; confia na lógica dos mercados e desconfia da nação, porém é amante dos incentivos fiscais e linhas de crédito favorecidas; gosta imensamente dos altos juros do Banco Central, pois como lhe é permitido reter dólares no exterior, pode — via paraísos fiscais — aplicá-los no mercado financeiro mantido nas alturas pelo dr. Meirelles.

A manutenção da atividade industrial se baseia num avassalador endividamento familiar. Os juros altos favorecem o rentismo e é sonho de muitos empresários terem um pé no mercado financeiro. Na renda nacional, é elevadíssima a participação dos rendimentos que não proveem do trabalho.

Em tempo, nesse mesmo seminário, alguém debochou da ideia de um projeto nacional: “Isto é coisa de chinês”. Porém eles prosperaram quando perceberam que exportar era a solução.

---

**Carlos Francisco de Lessa** é professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da UFRJ. Foi presidente do BNDES; escreve mensalmente às quartas-feiras.

**E-mail:** carlos-lessa@oi.com.br

## *Participação de estatais cresceu 34,4%*

Professor de economia da USP considera esse aumento um atraso

---

**Geralda Doca**

---

• BRASÍLIA. A participação das estatais na economia brasileira cresceu no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, revela estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Lula iniciou o segundo mandato com as empresas públicas abocanhando uma fatia de 34,4% do patrimônio líquido dos 350 maiores grupos econômicos do país. No primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, as estatais representavam 51,4%. Com as privatizações, o índice caiu para 31,8%.

O grupo formado pelas empresas mais importantes do país, que foi a base de comparação do estudo, produz o equivalente a 40% do Produto Interno Bruto (PIB). A pesquisa mostra também que a participação do faturamento das estatais no conjunto das 350 empresas também subiu na comparação entre os dois governos: saiu de 22,5%, no fim do período FH, para 25,4% no início do segundo mandato do governo Lula.

A pesquisa faz parte da tese de doutorado de Eduardo Pinto, com o título "Governo Lula

e bloco no poder", e que será defendida no Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em agosto.

— Há uma tendência de aumento da participação das estatais — disse o pesquisador.

Segundo ele, parte desse aumento está relacionado à Petrobras. Além de ter criado subsidiárias, influenciou no resultado da estatal o aumento do preço internacional do petróleo.

A mesma observação é feita pelo professor do Departamento de Economia da UFRJ Reinaldo Gonçalves. Para ele, o que deve ser levado em consideração não é o fato de o governo do PT ter aumentado o número de estatais, mas a ingerência política nessas empresas:

— É grave a forma pela qual o governo usa essas empresas para atingir objetivos políticos. O aparelhamento crescente das estatais é muito ruim para o Brasil.

Para o professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo Fábio Kanczuk, o avanço das estatais é um retrocesso, porque representa um maior peso para o Estado e para a sociedade.

— É um atraso para o país — criticou.